

# Kandir quer conquistar opinião pública para renegociar dívida

*Beth Cataldo e  
Madalena Rodrigues*

BRASÍLIA — Passado o impacto inicial da proposta de renegociação da dívida externa brasileira apresentada aos bancos credores privados, que causou perplexidade à comunidade financeira internacional, o governo empenha-se agora em conquistar a opinião pública nacional e internacional. É o que o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir, chama de *crucada* pelo esclarecimento da proposta brasileira. “É importante que a seriedade da proposta seja percebida aqui e lá fora”, resume Kandir, às voltas, a partir de hoje, com uma missão técnica dos bancos credores enviada a Brasília com o objetivo de esmiuçar as contas do país. Ao mesmo tempo, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, voou para os Estados Unidos ontem à noite, para aplinar resistências já formadas à fórmula brasileira.

O impacto que os bancos credores sentiram com a ousada iniciativa brasileira — bem ao estilo do presidente Collor, como admite o próprio Kandir —, pode ser explicado pela subversão dos conceitos até então exercitados para definir os limites de pagamento da dívida externa. Em substituição à fórmula tradicional do Fundo Monetário Internacional (FMI) — que submetia a economia brasileira à geração de superávits comerciais grandiosos para extrair os dólares necessários ao pagamento da dívida —, a equipe econômica do governo condicionou as remessas ao exterior à disponibilidade de dinheiro do setor público.

**Atrasados** — Mais do que isso, a proposta brasileira deixou de lado a perspectiva de atualização dos pagamentos de juros atrasados desde meados do ano passado, que até o final do ano estarão batendo na casa de US\$ 10 bilhões. Kandir tem consciência do incômodo que representa o *calote* brasileiro — uma expressão que ele recusa — no momento em que as instituições financeiras americanas preparam-se para divulgar aos acionistas resultados re-

cheados de más notícias. Tanto que sustenta a disposição do país de negociar com mais flexibilidade a questão dos atrasados junto aos bancos, embora adiante que “não há dinheiro para pagá-los”. O governo não abre mão de contar com reservas internacionais folgadas, atualmente da ordem de US\$ 8 bilhões, para conduzir com tranqüilidade o programa de estabilização da economia.

Engenhosa, a proposta brasileira coloca em xeque toda a linha de montagem habitual dos processos de negociação da dívida externa, que vincula, numa sequência de avais obrigatórios, os entendimentos com os organismos internacionais e os bancos privados. O FMI, por exemplo, não aprova o programa econômico do país devedor sem que as negociações com os credores privados estejam em evolução. O Clube de Paris, por sua vez, não negocia seus créditos se o programa com o Fundo não estiver aprovado. E, finalmente, o Banco Mundial só entra no circuito se todas essas etapas estiverem cumpridas. O que o governo brasileiro disse desta vez é que o dinheiro disponível aos credores privados depende da aprovação do financiamento que está sendo negociado com o FMI. Em outras pala-

José Varella — 15.03.90



**Kandir recebe hoje missão técnica de bancos credores**

bras, se o dinheiro do Fundo Monetário não sair — confirma Kandir —, diminuem os pagamentos aos bancos privados.

**Terremoto** — O conceito de *capacidade de pagamento* é o nome técnico do terremoto que se abateu sobre a mesa de negociações entre o governo brasileiro e os bancos privados estrangeiros, há dez dias, em Nova Iorque. O que há de novo nessa denominação é o princípio de evitar que o país sacrifique seu crescimento econômico e o combate à inflação para obter recursos destinados ao pagamento de compromissos externos. Foram abandonados os generosos incentivos fiscais às exportações, as fortes desvalorizações cambiais e a contenção das importações, que marcaram os programas de ajuste econômico na década de 80. Essas medidas — recorda Kandir — eram parte de uma engrenagem para a geração de dólares, cujas conseqüências, para o país, foram a escalada da inflação e a estagnação econômica.

Ao longo dos anos 80, os economistas brasileiros que participaram da administração pública partiam do diagnóstico de que o problema do país era de liquidez, ou seja, de escassez de dólares. O governo incentivava as empresas a exportar e isso gerava um superávit comercial do setor privado, explica Kandir. Ao mesmo tempo, continua, crescia a dívida sob responsabilidade do setor público, cujo esforço para cumprir os compromissos da dívida externa dependia da disposição para gerar moeda a qualquer custo e comprar dólares. O Produto Interno Bruto caía, a inflação crescia e o resultado disso era a queda na arrecadação de impostos, tornando, ainda mais precária a situação das contas públicas e a própria capacidade de pagamento do país.

“Exatamente porque pagou compromissos de dívida externa com base nesse tipo de ajuste durante os anos 80, é que o país ficou sem capacidade de pagar nos anos 90”, argumenta o secretário, concluindo que, se repetisse essa trajetória, o Brasil perderia novamente o fôlego para cumprir seus compromissos com os credores a médio e longo prazos.